

ASCENSÃO E QUEDA DA UNIÃO DE KALMAR

RISE AND FALL OF THE KALMAR UNION

André Nassim de SABOYA*

Resumo: Em 1397, foi formalizada, na cidade de Kalmar, na Suécia, a união das coroas da Dinamarca, Suécia e Noruega, sob um mesmo rei dinamarquês, que durou, intermitentemente, até 1523. O propósito desse artigo é indicar por que essa união escandinava começou e por que ela se desfez, em definitivo, 126 anos depois. A hipótese é que a disputa pelo controle do mar báltico foi preponderante para a formação de uma união forte contra a Liga Hanseática, que se apresentava como uma ameaça aos interesses comerciais dos escandinavos, e a dissolução teria ocorrido, principalmente, por causa de disputas de poder endógenas, entre a nobreza da Suécia e o monarca da Dinamarca. Argumenta-se que os custos da união, principalmente os custos de guerras, tornaram-se muito altos para a insatisfeita aristocracia sueca em contraposição aos benefícios de uma união forte para controlar o Mar Báltico.

Palavras-chave: Kalmar – União Hanseática – Estados-nacionais.

Abstract: In 1397, was formalized in the city of Kalmar, Sweden, the union of the crowns of Denmark, Sweden and Norway under one Danish king, which lasted intermittently until 1523. The purpose of this paper is to indicate why this Scandinavian union began and why it fell apart, finally, 126 years later. The hypothesis is that the battle for control of the Baltic Sea was instrumental in the formation of a strong union against the Hanseatic League, which was presented as a threat to the commercial interests of the Scandinavians, and the dissolution occurred mainly because of endogenous power struggles between the Swedish nobility and the Danish monarchs. It is argued that the union costs, mainly the costs of wars, had become too high for the dissatisfied Swedish aristocracy versus the benefits of a strong union to control the Baltic Sea.

Keywords: Kalmar – Union Hanseatic – Nation-states.

Introdução: a união pessoal formalizada em Kalmar

O começo da União de Kalmar poderia ser explicado por uma série de sucessões dinásticas um tanto quanto independentes entre si, ou um acidente que parecia uma decisão pensada, como afirma o historiador Geijer (apud GUSTAFFSON, 2006, p. 207). Em 1363, Margarete, a filha do rei Valdemar IV da Dinamarca, casou-se com o rei Hakon VI, da Noruega, filho de Magnus Eriksson, rei da Noruega e da Suécia. Com a morte do rei Valdemar, em 1375, o filho de Margarete, Olaf, foi aceito como rei da Dinamarca, com Margarete como regente. Após a morte de Hakon, em 1380, Olaf tornou-se também rei da Noruega, onde o direito à coroa era hereditário. Olaf, no

* Mestrando em Relações Internacionais – Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, CEP 21941-901, Rio de Janeiro - RJ - Brasil. E-mail: andresaboya@gmail.com

entanto, morreu em 1387, como último herdeiro varão do trono; Margarete permaneceu como regente das coroas da Dinamarca e da Noruega. Em 1389, Margarete tornou-se, de fato, regente da coroa da Suécia, após uma rebelião da aristocracia contra o rei Albrecht, de Mecklenburg (GUSTAFFSON, 2006, p. 205).

A união dos três Estados só foi formalizada em 1397, com a coroação em Kalmar, na Suécia, do sobrinho neto e, depois, filho adotivo de Margarete, Érico, da Pomerânia. A União celebrava a união pessoal das coroas, mas garantia a autonomia de cada país, da mesma maneira que outros exemplos de uniões dinásticas que ocorreram na Idade Média, como a União Lituânia-Polônia (GUSTAFFSON, 2006, p. 206).

O advento de Kalmar não deve ser pensado somente como um acidente, sem um projeto político. Enquanto é verdade que as circunstâncias históricas permitiram a união em torno das relações de parentesco da rainha Margarete, deve-se salientar que a escolha de Olaf como rei da Dinamarca foi aceita pela nobreza dinamarquesa, que Margarete permaneceu como regente da Noruega após a morte de Olaf, ainda que existissem outras famílias reais capazes de assumir o trono norueguês, e que a aristocracia sueca aceitou Érico como rei da Suécia. Existiam escolhas a serem feitas pela classe dominante que privilegiaram uma família real ao invés de outra. Além disso, os tratados celebrados em Kalmar estabeleceram os direitos do poder real da família dinamarquesa e os limites desse poder frente às aristocracias autônomas (GUSTAFFSON, 2006, p. 207). Existia, portanto, uma disputa por poder que determinou tanto o começo da União de Kalmar como as condições em que se operaria essa união.

A União de Kalmar acabou pela primeira vez em 1448. O controle da Suécia por um rei da união só foi possível a partir de então, por breves períodos, entre 1457 e 1464, entre 1498 a 1501, e entre 1520 a 1523. A partir dessa última data, a união das três não foi mais possível, embora Dinamarca e Noruega permanecessem unidas até 1814.

A primeira pergunta de investigação seria, portanto, por que a União de Kalmar começou? Entre os fatores que podem ser levados em consideração para que se explique o tratado celebrado em Kalmar, pode-se citar a disputa de poder com a dinastia Mecklenburg pelo controle da Escandinávia e com a Liga Hanseática pelo controle do Mar Báltico, uma importante rota de comércio à época. Houve, segundo essa hipótese, uma convergência de interesses entre a corte da Dinamarca com a aristocracia sueca, que liderou uma rebelião contra o próprio rei, Albrecht de

Mecklenburg, e que essa convergência se centrou em torno dos benefícios de um Estado forte conquistar as rotas de comércio da Liga Hanseática.

Há muitas variáveis a serem investigadas, para corroborar essa primeira hipótese. Deve-se identificar a natureza institucional da Liga Hanseática e como ela feria os interesses desses Estados, definir como a União de Kalmar combateu o poder da Liga Hanseática e determinar se ela foi bem-sucedida nesse objetivo.

A segunda pergunta investigativa seria por que a União de Kalmar terminou, em definitivo, 126 anos depois. Os principais interesses dentro da união escandinava permaneciam centrados na coroa dinamarquesa e na aristocracia sueca. Sustenta-se como hipótese que esses interesses tornaram-se cada vez mais divergentes e que a aristocracia sueca progressivamente se ressentia dos custos da política externa comandada pela coroa dinamarquesa, para garantir o controle do Mar Báltico. Nesse sentido, para se corroborar essa segunda hipótese, deve-se asserir o combate pelo controle do Mar Báltico à insatisfação da elite sueca.

No presente artigo, verificar-se-ão as principais variáveis que serviram de anteparo à expansão de poder da Dinamarca. Primeiramente, a Liga Hanseática, e se ela feria os interesses da Dinamarca e da Suécia. Em seguida, se a relação entre a coroa dinamarquesa e a aristocracia sueca se deteriorou e por que motivo.

A distribuição de forças na região escandinava e do Mar Báltico

A grande disputa de territórios no século XIV localizava-se na região de Öresund, que englobava territórios estratégicos como a Zelândia, Escania e Gotland, por ser o canal de passagem entre o Mar Báltico e o Mar do Norte, e também onde estavam as feiras de comércio da região, como a feira de arenque, muito lucrativa especialmente durante o período de quaresma, em que era proibido o consumo de carne vermelha (ETTING, 2004, p. 25-29, 39; OLESEN, 2003, p. 712-713).

Entre os interessados pelo controle e pelo comércio da região, além dos reinos da Dinamarca, da Noruega e da Suécia, estavam ainda atores germânicos: a Liga Hanseática, que era uma associação de cidades do norte da atual Alemanha, com o centro em Lübeck; os condes de Holstein, ao sul da Dinamarca, que possuíam outro interesse na região vizinha de Schleswig; os duques de Mecklenburg, de uma região também ao norte da Alemanha que incluía as cidades de Rostock e Wismar, e os cavaleiros teutônicos, que possuíam uma base territorial extensa desde a Lituânia até a

Prússia. Além desses atores, ainda deve-se levar em consideração o papel de forças internas aos reinos, principalmente na Suécia e na Dinamarca. Esses eram os estados mais poderosos à época e onde a aristocracia e o clérigo desempenhavam papel relevante para a consolidação do poder interno (BECK, 2009; OLESEN, 2003).

A Liga Hanseática, o rei Valdemar Atterdag e a situação sueca

Criada no século XIII, a Liga Hanseática era uma federação multinacional de cidades independentes, majoritariamente alemãs, localizadas ou na costa ou à margem de um grande rio trafegável. A Liga Hanseática conseguiu uma posição de quase monopólio das vias de comércio do Norte e do Centro da Europa, principalmente por meio do mar e dos principais rios europeus. No Báltico, a Liga Hanseática assumiu uma posição estratégica em Gotland, na cidade de Visby, onde se trocavam produtos advindos de diferentes paragens da Europa, desde Rússia, Alemanha, Dinamarca, Suécia, França e Itália, com contatos de mercadores advindos do oriente, via Gênova e Veneza, com especiarias (ETTING, 2004, p.26-29; ØSTERGÅRD, 2011).

A Liga Hanseática não era, contudo, somente uma associação comercial, como também uma união política e militar destinada à proteção mútua de seus membros, principalmente em viagens de longa distância e contra a pirataria (ØSTERGÅRD, 2011). Desse modo, o poder político e militar da liga também serve de substrato para a acumulação econômica dos comerciantes. A atuação diplomática permitiu o estabelecimento de privilégios comerciais em várias cidades não associadas, como Londres, Bruges, Bergen, na Noruega, e Novgorod, na Rússia, cidades onde lhes era permitido escritórios comerciais. Os navios seguiam suas rotas bastante armados para proteger a mercadoria (ETTING, 2004, p. 26-27).

O rei Valdemar Atterdag, da Dinamarca, entraria em confronto com a Liga Hanseática devido ao poder e o controle comercial da mesma sobre o Mar Báltico, que impunha obstáculos à expansão econômica dinamarquesa. Valdemar foi entronado em 1340 e, desde então, buscou fortalecer o poder da Dinamarca – que se encontrava desintegrada econômica e territorialmente – com nobres alemães, principalmente os duques de Holstein, controlando boa parte do território (BØGH, [2013]). Progressivamente, a coroa dinamarquesa recuperava o seu poder, por meio de uma associação com a Igreja. A aproximação com a Igreja, devido às lutas de Valdemar contra os cismáticos do Oriente (cruzada), gerava maior concentração de terras à

Igreja e, em contraposição, a Igreja garantia empréstimos e dízimos ao monarca. Valdemar ainda vendeu a Estônia aos Cavaleiros Teutônicos para conseguir mais rendas (JENSEN, 2007). A centralização e fortalecimento do poder real ocorreram ainda por meio da associação com alguns nobres, que se privilegiariam do voto de lealdade, e com campanhas militares àqueles que se opunham à política centralizadora, principalmente os nobres de Holstein, que haviam se beneficiado bastante pelo enfraquecimento anterior do reino dinamarquês. Depois de ter recuperado o território continental, Valdemar voltou-se para o estratégico território de Scania, que se encontrava sob o domínio da Suécia. O controle desse território garantiria o controle da via de acesso ao Mar Báltico pelo Mar do Norte (ETTING, 2004, p. 3-7, OLESEN, 2003).

A Suécia era reinada, em conjunto com a Noruega, pelo rei Magnus Eriksson desde 1319, data do começo do período de uniões escandinavas (OLESEN, 2003, p. 711). Magnus Eriksson teve dois filhos: o mais velho Érico, administraria a Suécia conjuntamente com o pai; enquanto o mais novo, Hakon, reinaria a Noruega. Em 1359, em uma disputa de poder entre pai e filho pelo controle de toda a Suécia, Valdemar entrou em uma aliança com Magnus Eriksson, com o consequente casamento entre sua filha Margarete e o filho mais novo de Magnus, Hakon. Valdemar ocupou Scania, como parte da aliança com Magnus. A aliança e o casamento, no entanto, foram rompidos, devido à morte inesperada de Érico (OLESEN, 2003, p. 719; ETTING, 2004, p. 4-5).

Valdemar não abdicou da Scania e rumou para o estratégico território de Gotland e sua principal cidade, Visby, que era usada pela Liga Hanseática, em 1361. O rei preocupava-se com as restrições ao comércio dinamarquês imposto pela Hansa. Os mercadores alemães reagiram à invasão, mas perderam essa primeira guerra, já em 1363. Para consolidar a posição dinamarquesa, Valdemar promoveu o casamento entre sua filha Margarete e o filho do rei da Suécia e da Noruega, Hakon, ainda em 1363. Antes do final da guerra, no entanto, como parte da aliança contra Valdemar, Hakon havia assegurado totais privilégios aos mercadores da Liga Hanseática na Noruega, um país já fraco e empobrecido à época (OLESEN, 2003; BØGH, 2013; BOYESEN, 1886).

Em 1364, o rei da Suécia e da Noruega, Magnus Eriksson, e seu filho, Hakon, foram destronados pela nobreza sueca. Como na Dinamarca, a aristocracia sueca elegia o rei e impunha limites a sua atuação. Como resultado da guerra pelo trono,

Magnus Eriksson foi feito prisioneiro e Hakon fugiu para a Noruega, onde ainda era rei. Os suecos recorreram ao Conde Albrecht II, de Mecklenburg como sucessor do trono, mas lhe impôs uma carta de obrigações a serem respeitadas com relação à aristocracia (OLESEN, 2003).

Em 1367, a Liga Hanseática buscou atacar o poder de Valdemar, com o apoio da dinastia Mecklenburg e dos condes de Holstein, que foram prejudicados pela retomada de territórios promovida por Valdemar. Dessa vez, a Liga Hanseática foi vitoriosa. Em 1370, foi assinado o acordo de Stralsund, que garantiu o controle do báltico pela Liga. Várias cidades e castelos na região de Öresund e na Scania foram entregues à Liga por um período de quinze anos, como reparação de guerra. Os mercadores teriam direito à extraterritorialidade para serem julgados, ao principal da renda do mercado de arenque da Escânia, a terem suas mercadorias devolvidas em caso de naufrágio e de manterem seus privilégios comerciais na Dinamarca. Além desses termos, Valdemar também estava obrigado a consultar a Liga para apontar um sucessor. Os termos do acordo estavam diretamente de acordo com os anseios da Liga Hanseática por monopólio comercial. Ao mesmo tempo, o território dinamarquês não foi dividido, como esperavam os Mecklenburgs e os condes de Holstein. Dessa forma, a Liga Hanseática também atrelou a garantia de monopólio no Báltico com a permanência do Reino da Dinamarca. Os Mecklenburgs fizeram um acordo em separado com o rei Valdemar, que em parte contradizia o Acordo de Stralsund, em que o rei dinamarquês indicaria como sucessor o neto de Albrecht II, Albrecht IV, neto também de Valdemar. Este tratado, no entanto, nunca foi aceito pelo conselho dinamarquês (ETTING, 2004; OLESEN, 2003, p. 8-13).

O começo da regência de Margarete

Em 1375, com a morte de Valdemar, uma disputa de poder se seguiu pelo trono dinamarquês, visto que ele havia morrido sem herdeiro homem. De um lado, os Mecklenburg reivindicavam o direito de Albrecht IV; do outro, Margarete defendia a sucessão de seu filho, Oluf. Os Mecklenburg tinham a vantagem de Albrecht IV ser o filho da filha mais velha de Valdemar, de ser mais velho que Oluf, e também tinha o apoio do sacro imperador romano germânico e dos condes de Holstein (OLESEN, 2003). Margarete conseguiu o apoio de influentes membros do conselho e da Igreja e também da Liga Hanseática, devido ao receio desta de que o reino unido sob os

Mecklenburg poderia pôr em xeque os direitos da Liga Hanseática no Báltico (BECK, 2009; ETTING, 2004, p. 12-16). Hakon celebrou um acordo de paz com a Liga que confirmava o apoio dos hanseáticos. De maneira geral, os eleitores começaram a pender mais para Oluf, e este foi confirmado no trono em 1376. Devido à pouca idade, a regência do trono foi dada a Hakon e Margarete, mas esta foi mais atuante do que aquele (ETTING, 2004, p. 16).

Ainda ao final da década de 1370, a Dinamarca encontrava-se em novo confronto com a Liga Hanseática. Pelo tratado de Stralsund, a Scania deveria permanecer sob o controle da Liga até 1785, mas a Dinamarca ressentia-se de não possuir uma parte tão importante do seu território. Ataques de piratas começavam a ficar cada vez mais comuns às mercadorias dos comerciantes alemães (ETTING, 2004, p. 29-34). Estes suspeitavam que os ataques eram patrocinados pela coroa dinamarquesa. Além dos ataques, após a morte de Hakon, em 1380, os privilégios da Liga Hanseática na Noruega foram suspensos. A pressão contra a possessão da Scania da Liga Hanseática continuou com mais ataques de piratas que infligiam grandes perdas econômicas aos comerciantes alemães (KOPPMAN, 1877). O objetivo que a Liga Hanseática entregasse Scania antes da data estipulada ou que, quando chegasse 1385, a Liga não desistisse de seus compromissos. A Liga, no entanto, queria compensações pela carga destruída, e seus representantes não saíram dos castelos da Scania na data estipulada para a entrega do território. Os Mecklenburg queriam a guerra, devido às reivindicações antigas ao trono dinamarquês, mas tanto a rainha quanto a Liga procuraram uma solução amigável. A Liga pediu por maior combate à pirataria e privilégios na Noruega, os quais foram aceitos e implementados com facilidade – o número de ataques piratas diminuiu consideravelmente após o acordo, aumentando as suspeitas sobre o apoio anterior da coroa dinamarquesa à pirataria. A Liga ainda demandava compensações, que não foram aceitas pelos dinamarqueses. Ao final, a Dinamarca conseguiu retomar a Scania sem prejuízo econômico e em paz com a Liga (ETTING, 2004, p. 33-38; OLESEN, 2003, p. 720).

Um revés menor ocorreu em 1386. À época, os condes de Holstein, senhores do norte da Alemanha, aproveitaram-se da morte do duque de Schleswig e dos compromissos militares dinamarqueses no Báltico para invadir e controlar o território vizinho. A rainha negociou o controle perpétuo e hereditário do território aos condes de Holstein em troca da lealdade da casa à coroa dinamarquesa. Era uma solução satisfatória, pois garantia a paz na fronteira sul para liberar o esforço de diplomático e

militar no Mar Báltico e também diminuía as possibilidades de uma aliança entre os Mecklenburgs e os condes de Holstein. Como resultado, a nobreza de ascendência alemã ganhava proeminência em Schleswig (OLESEN, 2003; ETTING, 2004).

A Dinamarca recuperava-se e fortalecia-se como país econômica e politicamente após a ascensão de Margarete ao poder. Politicamente, ela manteve o processo de reorganização e centralização política que vinha desde o reinado de seu pai, com o fortalecimento da coroa em associação com a Igreja, a partir da cobrança de mais impostos, e o enfraquecimento relativo da nobreza, mas garantiu a paz interna do reino – além de manter um bom relacionamento com a Igreja Católica, que reiterava o poder central da coroa. Economicamente, a Dinamarca garantia maiores rendas com o fim dos privilégios à Liga Hanseática na Noruega, com a incorporação da Scania e do mercado de arenque e com a manutenção da política do pai de incorporação de propriedades de terra pela coroa. Militarmente, a Dinamarca também se expandia, contra o condado de Holstein, e com a construção de uma forte esquadra para a projeção do país sobre o Mar Báltico (MAARBJERG, 2000, 2004; BØGH, 2013; ØSTERGÅRD, 2002).

A disputa pela Suécia

Oluf era filho de Hakon, rei da Noruega e da Suécia; por isso, a rainha Margarete não se esquecia das reivindicações sobre este último país, ainda que a nobreza sueca houvesse destronado seu marido (ETTING, 2004, p. 50).

A ascensão dos Mecklenburg ao trono sueco gerou uma situação de permanente estado de guerra entre Suécia e Dinamarca. A situação complicara-se ainda pelo fato de que cada família real reivindicava o trono ocupado pela outra, devido aos laços familiares explicitados anteriormente (MAARBJERG, 2004; OLESEN, 2003). Ao final do século XIV, a Dinamarca ampliava sua posição no Báltico, estabelecendo-se na Scania, e preparava-se para o confronto contra a Suécia.

Os eventos na Suécia também indicavam um caminho fácil para a entrada no poder de Margarete. A nobreza e o clérigo suecos gradualmente se insatisfaziam com a política de Albrecht, que beneficiava seus compatriotas alemães em detrimento dos suecos (BØGH, [2013]). Postos governamentais e feudos estavam sendo distribuídos para os alemães, irritando a aristocracia. Um dos opositores ao rei foi o seu próprio conselheiro, Bo Jonsson, que chegou a controlar quase metade das terras da Suécia.

Em seu testamento, Bo Jonsson determinou que suas terras seriam administradas por dez aristocratas, fora do controle do rei (OLESEN, 2003).

O governo perdia sua base de legitimidade. A crise piorou quando o rei buscou conferir impostos sobre uma nobreza antes isenta. Uma insatisfação geral da aristocracia sueca irrompeu contra o rei, que fugiu para Mecklenburg para conseguir arregimentar tropas para combater os rebeldes (ETTING, 2004, p. 52, 61).

Antes de promover a guerra contra Albrecht, Margarete teve que lidar com uma crise institucional provocada pela morte prematura de seu filho, Olaf, legítimo sucessor do trono. O próximo na linha de sucessão deveria ser Albrecht IV, de Mecklenburg; no entanto, de forma inédita na história, o conselho de Estado dinamarquês elegeu uma mulher, Margarete, como regente da Dinamarca, a que se seguiu também sua confirmação no trono da Noruega, contra a constituição desse país, que previa a sucessão hereditária. Ao mesmo tempo, Margarete deveria indicar um sucessor, a ser aceito pelos respectivos conselhos estatais. Entregar o trono para a dinastia Mecklenburg representaria o enfraquecimento do reino em benefício dos alemães, de modo que o pragmatismo e o receio da escolha de Albrecht para o futuro desses países preponderaram para a permanência de Margarete como rainha (ETTING, 2004, p. 54-58; BECK, 2009).

Em 1389, Margarete reuniu com os aristocratas insatisfeitos, muito deles executores das terras de Bo Jonsson e prometeu respeitar as leis do país e os direitos dos aristocratas em troca de sua lealdade (OLESEN, 2003). Aponta-se que muitos aristocratas suecos também possuíam direitos feudais sobre terras localizadas em território dinamarquês e norueguês, e vice-versa, principalmente na região de fronteira – devido à laços matrimoniais que uniam as famílias aristocratas escandinavas –, de modo que havia um interesse comum de parte das aristocracias por maior estabilidade política e, nesse contexto, da união com um rei que respeitasse seus direitos feudais (MAARBJERG, 2000).

Margarete promoveu uma ofensiva militar contra Albrecht, que havia voltado da Alemanha com um exército preparado para a batalha. Albrecht, por fim, sofreu uma grande derrota e foi preso. Estocolmo, no entanto, permaneceu sob o controle de pessoas leais ao rei Albrecht, pois grande parte da população dessa cidade era de origem germânica e, por a cidade estar localizada em uma ilha, possuía difícil acesso para combate (ETTING, 2004, p. 61, 67-69).

Estocolmo encontrou-se em sítio pela esquadra dinamarquesa e, para que esta fosse combatida, a população da cidade formou grupos piratas, chamados *vitaliebrüder*, que atacaram não somente os navios dinamarqueses como também seriamente prejudicaram o comércio no Báltico e o mercado de arenque de Gotland (KOPPMAN, 1877). Essa medida piorou as relações entre aqueles leais a Mecklenburg e os mercadores da Liga Hanseática, de modo que estes não se apresentavam mais como um aliado possível para a causa de Albrecht. Os ataques piratas continuaram por um longo período, prejudicando toda a paz no Mar Báltico. Os *vitaliebrüder* conseguiram inclusive o controle sobre a ilha de Gotland, o que afetou todo o comércio da região. Outro antigo aliado, o condado de Holstein, não se encontrava disponível para o rei Albrecht, pois já havia concluído um acordo de paz com a Dinamarca (OLESEN, 2003).

A situação final foi mediada pela Liga Hanseática, 1395. Albrecht seria libertado e teria até três anos para pagar a quantia de sessenta mil marcos de prata (um valor muito alto), para não retornar a prisão. Estocolmo permaneceria sob o domínio da Liga Hanseática como garantia. Se não pagasse, ou Albrecht voltaria à prisão ou cederia Estocolmo às forças dinamarquesas. Nesse meio tempo, aparentemente a rainha apoiou novamente a pirataria contra a Liga Hanseática para que esta não escolhesse continuar controlando Estocolmo por muito tempo. Ao final dos três anos, sem o pagamento do resgate, Estocolmo foi entregue à Margarete. Quanto à Gotland, os Cavaleiros Teutônicos invadiram e controlaram a ilha para garantir a paz e o comércio na região, a partir de 1398, gerando preocupação para a rainha se a ordem se retiraria ou não de lá (OLESEN, 2003).

União da Escandinávia

Antes da união oficial em 1397, a Rainha Margarete já havia consolidado seu poder nos três reinos. Ao mesmo tempo, a rainha também indicou seu sucessor. Este seria seu sobrinho-neto e, portanto, com o sangue de seu pai, chamado Bugislav, da Pomerânia. Margarete adotou-o como filho, e seu nome foi mudado para o mais nórdico Érico (Erik).

Margarete era, desde 1389, regente, na prática, de todos os três países e continuou o processo de centralização de poder da coroa. Com o apoio da Igreja e com o objetivo de assegurar a paz social após longos anos de conflito, Margarete aprovou uma legislação em

1396 que enfraquecia a nobreza e aumentava os recursos financeiros da coroa dinamarquesa. Na Dinamarca, essa legislação ampliou as terras reais, ao obrigar a devolução de terras invadidas por nobres antes pertencentes a Coroa; coibiu aqueles que não pagavam impostos, ao determinar a prisão dos fraudulentos e daqueles que ajudavam os sonegadores; proibiu a criação de novas fortificações e castelos, o que prejudicou a nobreza; não permitiu a compra de terras de camponeses, com o objetivo de que estes pagassem o imposto à coroa; coibiu a propina e o contrabando; incentivou os comerciantes nórdicos que estavam em disputa com os hanseáticos (a estes foi dado o direito de passagem sem risco de pirataria e o direito de resgatar mercadorias perdidas no mar); e promoveu uma reforma monetária, que, por meio da colheita de novos tributos, permitiria a recunhagem da moeda dinamarquesa; antes, a maioria da população usava moeda estrangeira, o que diminuía os recursos da coroa, visto que o país estava constantemente em falta das mesmas. A nova moeda garantiu uma estável fonte de recursos e repercutiu negativamente entre os mercadores da Liga Hanseática, que perdiam recursos em meio à arbitragem (ETTING, 2004, p. 80-95; HYBEL; POULSEN, 2007, p. 334-335; OLESEN, 2003, p. 727; BØGH, 2013).

Na Suécia, a legislação foi ainda mais dura com a nobreza. Todos os feudos passados para a administração da nobreza a partir do momento da coroação de Albrecht de Mecklenburg, em 1363, seriam retomados pela coroa, sem compensação financeira. Os feudos de posse da nobreza a partir de 1363 também poderiam ser retomados. Todos aqueles enobrecidos durante o reino de Albrecht teriam seus títulos revogados e todas as fortificações e castelos criadas no mesmo período poderiam ser postos a baixo, caso a coroa assim o desejasse. Na Suécia, a coroa ainda conseguiu novas receitas a partir do recebimento do dote de casamento da rainha Margarete com o rei Hakon e com a taxação das ricas minas de ferro no país (ETTING, 2004; HYBEL; POULSEN, 2007, p. 311-318).

Em ambos os reinos, os feudos em que se verificaria abuso de poder das autoridades feudais, com o sequestro indevido das propriedades dos camponeses, poderiam ser confiscados pela coroa, essa medida tinha o apoio da Igreja, que excomungava as autoridades abusivas. Em ambos os reinos houve um grande confisco de terras que enfraquecia a nobreza em prol da coroa, sendo que na Suécia esse confisco foi muito maior. Nesse país, a nova nobreza, especialmente germânica, saiu-se muito mais prejudicada, embora toda a nobreza tenha perdido poder relativo. Deve-se ressaltar que todas as reformas foram feitas a partir de uma posição militar mais

proeminente da Dinamarca com relação a Suécia, que havia se enfraquecido durante o governo de Albrecht (ØSTERGÅRD, 2002). Margarete I, manteve de maneira geral o processo de aumento das terras reais e, portanto, da arrecadação, expandindo o poder real (HYBEL; POULSEN, 2007, p. 311-312).

Em 1397, em Kalmar foi formalizada a união entre Dinamarca, Noruega e Suécia, chamada posteriormente de União de Kalmar. Há dois documentos que sobreviveram desse período. Um é a carta de coroação, outra é a carta de união. A primeira sugere um *regimen regale*, uma carta monárquica de como o estado deve funcionar e o papel da rainha ou do rei; enquanto a segunda determinava explicitava um *regimen politicum*, ou uma monarquia limitada pelos conselhos dos respectivos países; segundo essa interpretação, de Lönnroth (1934 apud OLESEN, 2003), a rainha ganhou essa disputa, com maior centralização do poder nas mãos da coroa, pois a carta monárquica foi aceita legalmente, enquanto a carta da união, não. Lönnroth argumenta que esta não foi aceita, pois feria os interesses de Margarete. Os interesses dinamarqueses foram impostos, devido à maior capacidade militar e à vitória na guerra (OLESEN, 2003).

Kalmar e a política externa sob o comando de Margarete (1397-1412)

Margarete I permaneceu preponderante na condução da política no âmbito da União de Kalmar, mesmo após a coroação de seu filho Érico, até sua morte, em 1412. Esse período foi de relativa estabilidade interna e de centralização de poder na Dinamarca.

A relação da rainha Margarete com a Igreja era especialmente cordial. A rainha mantinha o controle das indicações sobre as dioceses do país, em troca de bonificações e terra para Igreja. Bispos e arcebispos faziam parte do conselho de Estado da Dinamarca, de modo que a rainha aproveitava-se das disputas de poder internas, inclusive com propina, para conseguir indicar bispos apoiadores da Coroa no momento de vacância dos assentos. Devido a seus esforços, Margarete conseguiu a nomeação do bispo de Vexjö na Suécia, contra a indicação da indicação local, ainda em 1382, quando o país estava sob o controle dos Mecklenburg. Durante o papado de Bonifácio IX (1389-1404), a Igreja garantiu grandes isenções à Coroa, permissão para o confisco de terras e ainda concedeu indulgência a todos que protegessem o reino da Dinamarca, da mesma forma que se concedia àqueles que protegessem a Terra Santa.

A rainha, que defendeu o papado de Roma durante o cisma da Igreja até 1410, reclamava que seu reino estava desprotegido e era de fácil acesso pelo mar; o papa, então, em 1401, comandou os arcebispos locais a pregarem uma cruzada contra todos os inimigos da Dinamarca, inclusive cristãos. A relação estável com a Igreja permaneceu mesmo depois que a lealdade da rainha se transferiu para outro papa, que começava a ser mais reconhecido (JENSEN, 2007).

A política com relação aos outros reinos da União de Kalmar parece confirmar um fortalecimento da monarquia dinamarquesa (ØSTERGÅRD, 2002). A ingerência da monarquia fez-se sentir nos clérigos locais, em que muitos bispos foram nomeados contra a indicação do clérigo local, sueco ou norueguês o que demonstra que a influência da monarquia dinamarquesa no Vaticano manteve-se forte mesmo após a união. A indicação de bispos leais garantia a influência da monarquia nos conselhos locais em que os bispos também participavam (ETTING, 2004, p. 109-111). Houve também favorecimento da nobreza dinamarquesa no momento de indicação de cargos públicos e cobradores de impostos tanto na Noruega quanto na Suécia, sendo neste país os efeitos terem sido mais sentidos, por ser um país com mais recursos e com maior capacidade de pagamento (BOYESEN, 1886; ETTING, 2004, p. 90-94). Confirma-se também que a carga de impostos na Suécia foi mais alta que na Dinamarca (HYBEL; POULSEN, 2007).

O fortalecimento da monarquia também ocorreu quando do casamento do rei Érico com a princesa da Inglaterra Philippa, que significou um acordo de aliança defensiva entre os dois países. A atitude também significaria um beneficiamento dos mercadores ingleses na região de Öresund (OLESEN, 2003, p. 727-728).

No começo do século XV, a rainha conseguiu retomar o controle de Gotland dos Cavaleiros Teutônicos. O temor de que os Cavaleiros não saíam de lá tão facilmente foi confirmado, quando os mesmos se recusaram a se retirar, mesmo após o enfraquecimento dos vitaliebrüder e do rei Albrecht. Primeiro, a rainha tentou retirá-los à força e quase conseguiu, mas as forças teutônicas resistiram dentro das muralhas da cidade de Visby e os dinamarqueses tiveram que recuar. A rainha voltou às mesas de negociação com os cavaleiros. O controle de Gotland foi garantido à Dinamarca depois de um acerto de pagamentos (ETTING, 2004, p. 134-135; ØSTERGÅRD, 2002).

Outro território que a rainha Margarete buscou reconquistar foi o do ducado de Schleswig, que estava sob o controle dos condes de Holstein, desde 1386. Quando o duque de Schleswig e conde de Holstein morreu, em 1404, a rainha Margarete

aproveitou-se da situação para retomar o controle do território. A viúva do duque permitiu que o rei Érico e a rainha administrassem o território como representantes legais de seus filhos, ainda crianças. A rainha aproveitou-se da situação para adquirir castelos e fortificações da região por meio da compra, do pagamento de penhoras anteriores e mesmo da extorsão, o que demonstra o estilo agressivo da política externa da rainha. Aos poucos, a coroa conseguiu quase todo o território de volta. Os nobres de Holstein, então, se revoltaram. Holstein começou uma guerra a partir de 1410, sem impedir, contudo, o avanço dinamarquês. Por meio da guerra e da negociação, a rainha preparava-se para controlar todo o ducado, a partir de 1412. No mesmo ano, no entanto, a rainha morreu (ETTING, 2004, p. 150-154; BOYESEN, 1886; HEDEMANN, 2011).

Período de Érico da Pomerânia (1412-1440)

Érico, a partir de então, herdava de sua mãe adotiva o controle do reino e uma guerra contra Holstein.

Érico tinha como primeiro objetivo de política externa o controle de Schleswig. Érico acusou os condes de não prestarem os devidos serviços a seu senhor, e o conselho do reino da Dinamarca apoiou a retomada do controle do ducado, em 1413. A decisão foi posteriormente confirmada pelo Sacro-Imperador Romano Germânico, a quem os condes deviam subserviência. Ainda assim, a guerra permaneceu até 1432 (HEDEMANN, 2011; OLESEN, 2003).

A guerra estendera-se para incluir a Liga Hanseática também. O rei acusava as cidades hanseáticas de favorecerem o comércio com Holstein; em contrapartida, a monarquia dinamarquesa buscou fortalecer o comércio da Dinamarca com a Inglaterra e com a Holanda, passando pelo Öresund, e não cumpria com os benefícios acordados anteriormente da Liga. A Liga Hanseática ainda promoveu um bloqueio comercial nessa região, como forma de garantir seu quase monopólio no comércio do Báltico. Dessa forma, os hanseáticos, preocupados com o expansionismo do rei dinamarquês, entraram na guerra na área naval apoiando financeiramente os esforços de guerra de Holstein (OLESEN, 2003, p. 718).

Da mesma forma que sua mãe e seu predecessor fizeram, Érico continuou o processo de aquisição de terras e castelos, principalmente na região de Öresund. Érico também indicou nobres próximos a ele, dinamarqueses e alemães, como cobradores de

impostos na Suécia. A relação especial com a Igreja, no entanto, não se manteve, em parte devido ao período de incertezas vivido pela Igreja, em parte por falta de habilidade política de Érico, que queria controlar a indicação de bispos na união (JENSEN, 2003). Devido aos esforços de guerra e ao bloqueio em Öresund, os impostos também aumentaram, principalmente sobre os camponeses, mas também para os clérigos, que não pagavam impostos. Os nobres também se insatisfaziam com a dificuldade de se manter o comércio, devido ao bloqueio da Liga (OLESEN, 2003, p. 730-731).

A insatisfação alcançou o estopim em 1435 com a revolta de Engelbrekt Engelbrektson, um camponês que trabalhava nas minas e que foi obrigado a pagar crescentemente mais impostos a partir da União de Kalmar e da guerra contra Holstein. A revolta espalhou-se pela Suécia, ganhando a adesão de nobres, membros do conselho da Suécia e membros eclesiásticos. Queriam que o rei aceitasse direitos e limites constitucionais (MURRAY, 1947).

Receando que os revoltosos pudessem se associar com os hanseáticos e com os condes de Holstein, o rei começou a celebrar tratados de paz e armistícios. Aceitou o comando de Shleswig por Holstein, aceitou os privilégios da Liga Hanseática em Öresund e ainda concedeu ao conselho da Suécia, para conseguir recuperar o controle de castelos (MURRAY, 1947; OLESEN, 2003, p. 733).

As negociações estavam somente no começo. Os nobres da Suécia pressionaram por uma posição mais constitucionalista e convenceram os nobres da Dinamarca a exigirem as mesmas demandas. Recorreram ao Ato de União, de 1397, que não havia sido validado, como fundamento para uma série de compromissos que o rei deveria se ater para com seus súditos; o rei deveria se submeter às decisões dos conselhos locais. Entre 1436 e 1438, os conselhos de Dinamarca e da Suécia continuaram negociando com o rei. Este não cooperava com os conselhos, e fazia algo como uma greve ao retirar na ilha de Gotland como formas de pressionar os conselhos a negociarem (BØGH, 2013). Érico queria garantir o controle de mais castelos e que os conselhos aceitassem o seu parente Duque Bugislau como sucessor o que não foi aceito. Érico voltou a morar em Gotland e a ganhar seus rendimentos por meio da prática de pirataria e com a ajuda de holandeses, que haviam ganhado privilégios comerciais durante seu reino (OLESEN, 2003, p. 734-736).

Os conselhos de Dinamarca e Suécia firmaram um novo acordo de união, em 1438, e, mesmo que aceitassem a possibilidade de deposição do rei, que se encontrava

ausente, ainda concordavam em manter a união e a aliança entre os dois países (OLESEN, 2003). Érico foi deposto em 1439, na Dinamarca e depois na Suécia, somente depois de 1440 ocorreu sua deposição na Noruega, em parte devido à pirataria promovida por seus aliados holandeses na costa norueguesa (BØGH, 2013).

Primeiro Dinamarca e, depois, Suécia ofereceram a coroa a Cristóvão, da Baviera, sobrinho de Érico, que somente pôde aceita-la depois de comprometer-se com os desejos constitucionalistas. A união entre os três reinos concretizou-se novamente somente em 1442, com a aceitação do conselho da Noruega (OLESEN, 2003, p. 737).

1440-1523: uma união instável e a dissolução final

O fim do reinado de Érico marcou o fim do período absolutista da união que havia começado com a regência de Margarete oficialmente em 1397 (GUSTAFFSON, 2006). A partir do reinado de Cristóvão, o rei esteve obrigado a aceitar às reivindicações de limitações ao seu poder real. Nesse momento, o conselho dinamarquês ainda conseguiu evitar mais imposições por parte da Suécia, devido ao receio de perda de poder sobre as políticas da Dinamarca, de modo que não foi acertada uma constituição comum, em que garantia explicitamente a independência dos três reinos e da vontade dos conselhos nacionais sobre o rei (OLESEN, 2003, p. 738).

Ainda assim, na prática, a união funcionou de forma bastante livre entre os diferentes reinos. A figura do rei perdeu a importância, senão para mediar as relações entre os conselhos nacionais (OLESEN, 2003, p. 738). O desejo de independência sueca era confirmado (BOYSEN, 1886). A união funcionava, dessa forma, como uma aliança entre os reinos centrada na figura do monarca. O rei conseguia manter o diálogo entre as partes (OLESEN, 2003, p. 738).

Em matéria de política externa, Cristóvão mantinha o diálogo para um armistício entre Suécia e seu tio Érico da Pomerânia, que permaneceria no exílio em Gotland, e entre a Noruega e a Liga Hanseática com relação a disputas alfandegárias. Nesse âmbito também, os escandinavos ganhavam a opção de comercializar com os holandeses, que cresciam seu poder comercial no Báltico, em contraposição a Liga Hanseática, assim como os ingleses. Ao longo do século XV, o poder monopólico da Liga começava a diminuir (OLESEN, 2003, p. 738).

Cristóvão morreu precocemente em 1448, sem herdeiros, e abriu o caminho para uma nova disputa do trono. Os conselhos dos reinos não decidiram conjuntamente o novo rei. Na Dinamarca elegeu-se Cristiano, de Oldenburg, e na Suécia, o nobre Karl Knutson. Ambos reivindicaram o controle de Gotland e da Noruega, sendo que o rei dinamarquês obteve maior êxito em suas empreitadas, inclusive conseguindo o controle da Suécia por breve período de tempo entre 1457 e 1463, com o apoio de nobres constitucionalistas que julgavam Karl muito autoritário, além da nobreza localizada na região de fronteira, que procurava manter a união e paz como forma de manter suas riquezas. Cristiano foi destronado por Karl em 1464 (GUSTAFFSON, 2006; BØGH, 2013).

Em todo período entre 1464 até 1481, quando da morte de Cristiano, mantiveram-se disputas entre parte da nobreza sueca e por dinamarqueses por territórios estratégicos, particularmente Gotland, além de disputas intra-oligárquicas principalmente na Suécia, mas também na Dinamarca. Guerras e negociações continuaram a ser travadas para que Cristiano voltasse a ser rei da Suécia, mas sem sucesso (GUSTAFFSON, 2006; OLESEN, 2003).

Em 1483, depois da morte de Cristiano, seu filho, Hans, foi aceito como rei na Dinamarca e na Noruega, e também aceitou a carta de acessão ao trono na Suécia, porém, a coroa sueca foi rejeitada pelos partidários de Knutson. Hans conseguiu impor seu controle sobre a Suécia por meios militares, em 1497, e refazer a união de Kalmar. Essa união, no entanto, foi extremamente instável, sendo já dissolvida em 1501, devido a mais descontentamentos com relação à política centralizadora do rei dinamarquês. Até sua morte, em 1513, Hans engajou-se em guerras não somente pelo controle da coroa sueca, mas também contra a Liga Hanseática, pois era hostil à presença desta no Báltico (OLESEN, 2003).

Seu filho, Cristiano II, que acedeu ao trono da Dinamarca em 1513, manteve a política hostil contra a Liga Hanseática e a centralização de poder. Em 1520, ele engajou-se em campanha militar para finalmente conquistar Suécia e reestabelecer a união pela última vez. Em 1521, ocorreu o episódio conhecido como o massacre de Estocolmo, em que o rei ordenou a morte de oitenta aristocratas, considerando-os hereges de seus seguidores – além de muitos outros no interior, para garantir o seu controle sobre o país (MAARBJERG, 2000; JENSEN, 2007). O episódio deu início a nova rebelião, que expulsou o rei. O jovem nobre Gustav Vasa foi colocado como

regente, já em 1521 e aclamado rei em 1523, marcando o fim decisivo da união escandinava (MAARBJERG, 2004).

Cristiano foi deposto também em 1523 na Dinamarca devido a suas políticas centralizadoras, a sua batalha contra a Liga Hanseática e sua simpatia pelas reformas luteranas que prejudicaram os interesses de nobres e bispos.

O período entre 1440 a 1523 não deve ser visto de forma linear, como a busca do controle de um rei dinamarquês pelo controle do território sueco. Havia muitos interesses em jogo (GUSTAFFSON, 2006). O desejo constitucionalista havia aumentado de maneira crescente desde a deposição de Érico da Pomerania. Na carta de acessão ao trono de Cristiano I havia treze cláusulas restritivas; na de Hans, cinquenta e uma; na de Cristiano II, sessenta e oito; e na Frederico, que sucedeu Cristiano II, setenta e seis. Cláusulas essas que eram constantemente ignoradas pelos soberanos, que buscavam ao máximo a centralização de poder e a conquista de território, mas que explicitam bem as tentativas de contenção de poder real (MAARBJERG, 2000; BØGH, 2013). Na Suécia, onde a figura monárquica era ainda mais contestada, os conflitos intra-oligárquicos eram permanentes, existindo uma situação de quase anarquia no país e de multiplicidade de interesses que convergiam e divergiam sobre a possibilidade de uma união e o papel do rei (GUSTAFFSON, 2006; MAARBJERG, 2000). Além das oligarquias, na Suécia havia ainda uma força desestabilizadora que era o campesinato, principalmente que trabalhava nas minas e liderava revoltas como a de Engelbrekt Engelbrektson, ainda contra Érico da Pomerânia (MURRAY, 1947). Outros temas envolviam as disputas pelo comércio no Báltico e os consequentes conflitos e negociações com a Liga Hanseática (HEDEMANN, 2011). Os custos da guerra e da busca por centralização política influenciavam para a insatisfação de grande parte da nobreza, principalmente na Suécia, mas também na Dinamarca, de modo que minaram as bases da monarquia.

Considerações Finais

A primeira hipótese respondia à pergunta por que a União de Kalmar começou e sustentava que havia uma convergência de posições entre a aristocracia sueca e a coroa dinamarquesa pelo controle do Mar Báltico. Apesar de a rainha Margarete ter promovido definitivamente uma centralização de poder, em contraposição à Liga Hanseática, com o controle de Scania, com o fim dos privilégios na Noruega e com o

recurso à pirataria, não há indícios que a Liga Hanseática foi preponderante para o começo da União de Kalmar. A convergência entre a aristocracia sueca e a coroa dinamarquesa não ocorria por causa da Liga Hanseática.

Desse modo, parece mais evidente que a União foi promovida devido ao crescente aumento do poder dinamarquês e pela insatisfação da aristocracia sueca com o governo de Albrecht. Esse aumento de poder ia ao encontro com as pretensões da Liga Hanseática por livre acesso no mar báltico, porém não houve convergência de posições entre as partes envolvidas – coroa dinamarquesa e aristocracia sueca – contra a Liga Hanseática, mas contra a casa Mecklenburg, que, ao final da guerra, também não via a Liga Hanseática como aliada, devido à ação dos *vitalie-brüder*.

Durante todo o período analisado, a Liga Hanseática não deixava de ser um ator relevante para o cálculo político tanto internamente para a consolidação de poder, como se pode observar pelo apoio do mesmo à nomeação de Oluf como rei, quanto internacionalmente, como se observa pelo papel relevante dos mesmos para guerra e para a mediação de paz. Assim, sempre que possível, a rainha manteve uma posição de cooperação com relação à Liga de modo a não tê-la como inimiga em seus objetivos políticos.

O começo da União de Kalmar deve ser explicado pela crescente centralização de poder que ocorrera na Dinamarca desde o período de Valdemar Atterdag. A unidade política dinamarquesa foi forjada por meio de guerras ou da preparação para a guerra, seja contra os nobres alemães e de Holstein que controlavam a maior parte do território dinamarquês, seja contra a Liga Hanseática ou contra os Mecklenburgs. Havia um claro objetivo de projeção de poder internamente e depois externamente, em direção ao Báltico. Essa projeção demandou recursos econômicos, de modo que os impostos aumentaram, e conciliação interna, em que se verificou aliança entre a coroa e a Igreja.

Em contraposição, na Suécia verificava-se um constante enfraquecimento da coroa com relação aos nobres, como pode ser observado pelos sucessivos destronamentos tanto dos reis Magnus Eriksson quanto de Albrecht, com os conflitos entre o rei e o clérigo, a perda de controle sobre Scania e sobre as terras de Bo Jonsson, além das divergências entre os antigos nobres e a nova nobreza alemã.

Houve uma confluência de forças que permitiram a união: a insatisfação com o rei Albrecht, o objetivo claro de política externa da rainha Margarete e a identidade comum escandinava que se expressa tanto nas relações de sangue entre as famílias

reais e a nobreza quanto também na língua e nos costumes comuns. A participação da Liga Hanseática no processo pode ser feita de modo negativo, no sentido de que ela não se opôs à União.

A segunda hipótese responde à pergunta de por que a União de Kalmar acabou e mantém que as lutas de poder endógenas entre a aristocracia sueca e a monarquia dinamarquesa, principalmente em torno dos custos das guerras pelo controle do Mar Báltico tornaram a união insustentável. Essa hipótese pode ser considerada correta, embora incompleta.

Não se pode dizer em um conjunto de interesses claramente definidos que contrapõem, de um lado, a coroa dinamarquesa, e, de outro, aristocracia sueca, de modo que não há uma linearidade à história, em que a aristocracia conquistava mais força frente aos interesses da coroa dinamarquesa e, assim, a união acabou. Muitos aristocratas suecos sustentaram por muito tempo a ideia de uma união e não queriam a separação, mesmo após o destronamento de Érico ou depois da morte de Cristóvão.

Além disso, considerando um período de 126 anos de união, ainda que intermitente, a postura dos governantes e da aristocracia mudou muito durante todo esse tempo. Os reinos de Margarete e Érico, embora configurem a época das monarquias absolutas, de centralização, de conquista de territórios e de castelos, de aumento das receitas do Estado, diferiram muito em termos de estabilidade para governar. Margarete conseguiu fortalecer sua monarquia por meio de aumento do aparato militar e com o aumento do apoio da Igreja que ela considerava essencial para conseguir a base de legitimidade para o governo e para a união, de modo que ela conseguia interferir na indicação de bispos e de cobradores de impostos na Suécia, não sem problemas, mas mantendo a legitimidade da união. Ao mesmo tempo, a rainha teve habilidade política para não confrontar a Liga Hanseática e ganhar um novo inimigo, como já fizera antes da união. Não se sabe se a insatisfação da aristocracia sueca geraria o eventual destronamento de Margarete, caso ela permanecesse viva – visto que ela começava a expandir o território para incorporar Schleswig e Holstein – mas não há como provar essa teoria, visto que seria um exercício contra factual da história.

Érico, por sua vez, aprofundou as causas de ressentimento para com a monarquia dinamarquesa, sem garantir um mínimo de autogoverno na Suécia, aumentando os impostos para custear as guerras contra Holstein e a Liga Hanseática, o conseqüente bloqueio naval imposto pela Liga e, além disso, não ter sucesso nessas

investidas. A monarquia perdeu castelos e perdia centralidade política, gerando insatisfação não somente na Suécia com também na Dinamarca. O episódio da destituição de Érico seria o que melhor confirmaria a hipótese apresentada nesse trabalho sobre o fim da união, se se considerasse esse o começo do fim.

O reino de Cristóvão também pode ser considerado um período de maior estabilidade institucional, mas a união encontrava-se enfraquecida sob a figura do rei. Este possuía um papel pequeno como mediador entre os países da união, principalmente acerca do controle de Gotland, por Dinamarca e por Suécia. Ao mesmo tempo, o rei também não se dispôs contra a Liga Hanseática ou buscou maior expansão territorial.

Após 1448, houve períodos de curtos de nova União Escandinava, mas a políticas centralizadoras dos reis da união se mantinham. Mesmo com compromissos de maior respeito aos direitos dos nobres, os reis seguidamente iam contra seus juramentos no momento da coroação, para buscar a acumulação de poder. Nesse processo, os reis também iam contra os interesses da Liga Hanseática, que prejudicava a capacidade tributária da Dinamarca. Na Suécia, o movimento contrário ao rei era mais forte que na Dinamarca ou na Noruega, mas não havia uma coalizão unificada de nobres ou clérigos insatisfeitos, que reivindicavam mudanças e muito menos o fim da união. Havia disputas grandes internamente, principalmente dos nobres localizados na fronteira, que defendiam o rei da união, mesmo se custasse alguma centralização política. Mesmo quando a Suécia esteve governada por reis próprios, também houve grande insatisfação interna e conflito contra a política da coroa.

De maneira geral, a história do começo e do fim da União de Kalmar possui um mesmo componente central, que é o fortalecimento da coroa dinamarquesa em contraposição à monarquia fraca e sem legitimidade da Suécia. O fortalecimento da Dinamarca, que posteriormente englobou também a Noruega, havia começado desde o período de Valdemar Atterdag que, como descendente legítimo do trono dinamarquês, propôs um movimento de centralização da Dinamarca em conformidade com parte da nobreza insatisfeita e com o apoio da Igreja; seu grande obstáculo para a consolidação do poder encontrava-se na Liga Hanseática, que apoiou uma guerra contra o mesmo. O fortalecimento da coroa dinamarquesa permaneceu sob o comando de Margarete, que buscou não prejudicar as relações com a Liga, aumentando as receitas do Estado por outros meios. Os conflitos com a Liga seriam desestabilizadores para o futuro da união nos próximos governos, como no de Érico, Hans e Cristiano II.

Na Suécia, por outro lado, a estrutura de poder encontrava-se cada vez mais fragmentada. Os reis não eram fortes o suficiente para imporem o seu governo, nem os aristocratas eram homogêneos para concordarem num plano de governo capaz de satisfazer a todos com relação às mais diversas questões, seja o comércio no Báltico, o controle da Escânia e de Gotland, seja o imposto sobre o ferro extraído ao norte do país, que também afetava as condições de vida do campesinato. Seguidamente, os reis da Suécia foram destronados, Magnus Eriksson, Hakon, Albrecht de Mecklenburg, Érico da Pomerânia, Karl Knutsson, Cristiano, Hans e Cristiano II, o que indica uma falta de consenso e uma instabilidade interna muito maior do que existia na Dinamarca, onde, no mesmo período analisado, somente Érico da Pomerânia e Cristiano II foram destronados e, em grande medida, devido às consequências da guerra contra a Suécia.

Referências Bibliográficas

- BECK, Sanderson. *Scandinavia (1250-1453)*. 2009. Disponível em: <<http://www.san.beck.org/7-5-Scandinavia.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- BJORK, David. Piracy in the Baltic, 1375-1398. *Speculum*, Cambridge, v. 18, n. 1, p. 39-68, 1943.
- BØGH, Anders. *Late Middle Ages*. Danmarkshistorien. 2013. Disponível em: <<http://danmarkshistorien.dk/en/perioder/late-middle-ages-1340-1536>>. Acesso em: 9 jul. 2013.
- BOYESEN, Hjalmar. *The Story of Norway*. New York: G.P. Putnam's Sons, 1886.
- ETTING, Vivian. *Queen Margrete I (1353-1412) and the Founding of the Nordic Union*. Leiden: Brill, 2004.
- GELLINA, Arnliot. *The Scandinavian Question*. London: F. Pickton, 1868.
- GUSTAFFSON, Harald. A State that Failed? On the Union of Kalmar, especially its dissolution. *Scandinavian Journal of History*, London, v. 31, n. 3/4, p. 205–220, sept. 2006.
- HEDEMANN, Markus. Unions brevets kongelige program og krigen om Slesvig. (Programa da carta real de união e a guerra contra Schleswig). *Scandia*, Lund, v. 77, n. 2, p. 38, 2011.
- HYBEL, Nils.; POULSEN, Bjorn. *The Danish Resources c.1000 – 1550: growth and recession*. Leiden: Brill, 2007.
- JENSEN, Janus. *Denmark and the Crusades, 1400-1650*. Leiden: Brill, 2007.
- KOPPMAN, Kien. Einleitung. *Hanserecesse: Die Recesse und andere Akten der Hansetage, 1256-1430: Band IV (Decisões da Hanse, as decisões e outros atos do parlamento da Hanse)*. Leipzig: Duncker & Humboldt, 1877.
- MAARBJERG, John. Regimen Politicum and Regimen Regale: Political Change and Continuity in Denmark and Sweden (c. 1450-c. 1550) *Scandinavian Studies*, Chicago, v. 72, n. 2, p. 141-162, Sum. 2000.
- _____. Sweden, the First Modern State: Tilly's Assertion, "War makes States, and vice versa" *Scandinavian Studies*, Chicago, v. 76, n. 3, p. 385-418, Fall 2004.

MURRAY, John. The Peasant Revolt of Engelbrekt Engelbrektson and the Birth of Modern Sweden. *The Journal of Modern History*, Chicago, n. 3, v. 19, p. 193-209, 1947.

OLESEN, Jens. Inter-Scandinavian relations. In: HELLE, K. (Ed.). *The Cambridge History of Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. v. 1.

ØSTERGÅRD, Uffe. The State of Denmark: territory and nation. *Comparare European History Review*, Paris, v. 2, p. 200-220, 2002.

_____. Entre deux mers: comparing the Mediterranean and Baltic Sea. In.: SCHMYK, C. et al. (Ed.). *Go North! Baltic Sea region studies: past - present - future*. Berlim: BWV Verlag, 2011.

Artigo recebido em 02/12/2013. Aprovado em 21/02/2014.